

PATRIMÓNIO E SOCIEDADE¹

Paulo Peixoto
Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra
pp@ces.uc.pt

Se me é permitido começar a minha intervenção com uma ideia redundante, salientaria que qualquer património é sempre produto de uma determinada sociedade. Parto desta tautologia para discutir duas questões que, a meu ver, são absolutamente relevantes e interdependentes nos nossos dias.

A primeira questão que a minha redundância inicial me permite discutir é esta: se qualquer património é sempre produto de uma determinada sociedade, que património é este que temos hoje numa sociedade em crise generalizada e de que modo pode esse património constituir-se como uma oportunidade para essa sociedade em crise?

A segunda questão tem também a ver, especificamente, com o título global desta conferência, que nos focaliza na ideia de património como desígnio. Não há dúvida que os valores do património cultural, hoje como há 100 anos atrás, continuam a ser essenciais para a sociedade. Mas se ao património tivermos de associar uma intenção declarada, se tivermos de lhe associar uma vontade para realizar alguma coisa, se tivermos de lhe associar uma missão actual para concretizar um desígnio, esse desígnio é, inequivocamente - parece-me - a necessidade de conceber novos meios que liguem os cidadãos ao património, fazendo evoluir as lógicas da conservação e da preservação para lógicas de participação.

Obviamente que as duas questões estão interligadas e a segunda questão não deixa de ser uma resposta à primeira.

Em Setembro de 2007, o “Le Monde” publicou um pequeno artigo intitulado, de forma interrogativa, “Podemos demolir as igrejas?” Esse artigo surgiu num contexto em que

¹ Comunicação apresentada na conferência *O Património como Oportunidade e Desígnio: Ciência, Sociedade e Cultura*, integrada no *Dia Internacional dos Monumentos e Sítios: O Património e a Ciência!*, 18 de Abril de 2009, Auditório da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Mantém-se aqui o tom coloquial da apresentação oral.

vários municípios rurais franceses começaram a equacionar e a concretizar a demolição programada de igrejas e lançou uma polémica inusitada no país que, bem podemos dizê-lo, inventou o património.

Esse movimento de demolição resultou da constatação que a manutenção das igrejas é uma operação dispendiosa, e tão mais dispendiosa quantos essas igrejas não tenham qualquer tipo de uso. As declarações do Presidente da Câmara de Valanjou (no Maine-et-Loire), citado no “Le Monde”, localidade onde o conselho municipal votou por 16 contra 1 a demolição de parte de uma igreja, são inequívocas: “Temos três igrejas para 2 mil habitantes. Por ano, o custo médio de manutenção de cada igreja ascende a 12 mil euros”.



Destruição da igreja de La Bassée. Créditos da foto: Charlet/AFP

Este tipo de explicações generalizou-se um pouco pelo mundo rural francês e as igrejas, numa onda crescente de iconoclastia, começaram a ser demolidas, entre grande polémica, é verdade, com sugestões provocadoras de converter as igrejas em

mesquitas (o que num país como a França, de património católico e com uma história crescente de confrontos culturais e religiosos, é um factor potencialmente multiplicador de conflitos). Sendo que, provocações desse tipo, emergiram num contexto, em que o Estado central francês, para promover o diálogo cultural, se propunha afectar recursos para a construção de mesquitas. Mas esse tipo de explicações encontrou também muita compreensão junto de católicos devotos e até de parte da Igreja que nem sempre viu com maus olhos a concentração dos recursos na recuperação de igrejas com valor patrimonial. Uma sondagem efectuada em Julho de 2007 pela TNS-Sofres, a uma amostra estratificada de 1000 indivíduos, mostrava, *grosso modo*, que 53% dos inquiridos se revelavam chocados com a destruição de velhas igrejas pouco utilizadas, que 67% defendiam que a melhor estratégia passava por tentar preservar o maior número possível de igrejas, que 64% consideravam as igrejas como elementos importantes do património, que 31% consideravam que a manutenção das igrejas é cara, que 26% era de opinião que nem todas as igrejas

mantinham o mesmo interesse arquitectónico, que 58% defendiam que as igrejas deveriam ser consagradas a outros usos além do culto católico,

Igrejas demolidas ... não propriamente. “Desconstruídas”. Uma vez que, subitamente, se multiplicaram os Presidentes de Câmara que, quais seguidores do filósofo Jacques Derrida, adoptaram o termo “desconstrução”, curiosamente importado por algumas das nossas Sociedades de Reabilitação Urbana, por, e cito um desses Presidentes de Câmara, “ser uma palavra menos violenta e mais respeitadora”.



Demolição da igreja de Saint Georges des Gardes. Créditos da foto: Alain3000, 40.000 Clochers.

Esta espécie de eutanásia do património, ou seja de lhe tirar a vida antes que ela acabe naturalmente, levanta, aliás, questões interessantes sobre as modalidades de gestão mais adequadas para o património. Isto na medida em que mostra que a perspectiva da intervenção, da salvaguarda e do restauro, se já era criticada por aqueles que acham que a essência do património é a tendência natural para a ruína, e que essa essência não deve ser contrariada, pode ter uma visão ainda mais radical que é a da

eliminação cirúrgica e prematura de patrimónios desvalorizados pela relação quantidade/uso/qualidade patrimonial.

Esta onda de “desconstruções”, chamemos-lhe assim para sermos benevolentes em relação ao eufemismo, pode ser vista como o resultado de uma crise de que se toma subitamente consciência e para a qual não se encontram outras soluções. Ou pode ser vista como resultado de uma tomada de consciência que assume frontalmente a necessidade de fazer escolhas por oposição a uma política de desembaraçamento progressivo de edifícios que são deixados a apodrecer durante 20 anos, sem qualquer intervenção, para depois serem entaipados, e evidenciando que a demolição não é uma vergonha mas sim um imperativo. Também aqui, acrescentaria, um pouco à semelhança do que se passa com os centros históricos das nossas cidades, em muitos casos a apodrecer à espera de políticas evidentes.

Mas é muito mais que isso, obrigando-nos a reconhecer que qualquer património é sempre produto de uma determinada sociedade, no sentido em que o património, ele próprio, é um objecto político. O património criado pela Revolução Francesa, com a emergência do Estado Nação, não é o património dos anos 1990 do século XX. É um património monumental, orientado para a consolidação da ideia de Nação e que, por assentar em lógicas preservacionistas e conservacionistas, mereceu, durante muito tempo, uma grande desconfiança das ideologias de esquerda e dos movimentos renovadores. Como mereceu uma forte desconfiança dos grupos sociais que ficaram dos lados vencidos nos episódios e acontecimentos que levaram à existência desse património monumental e celebratório. O património dos anos 1990 do século XX, graças à mediação das várias ciências que se foram interessando pelo património (e não me recorde de nenhuma que não se tenha interessado), e que reinventaram o termo e a realidade a que ele se refere, já não é um património tão essencialista, tão monumental, tão disciplinar, tão ligado a um conjunto restrito de ideias.

Podemos até criticar os excessos e a facilidade de patrimonialização das últimas décadas do século XX, desde que isso não nos retire a capacidade em perceber que não estamos só a falar de novos patrimónios. Estamos também a falar de novas sociedades: mais descentralizadas, mais escolarizadas, mais permeáveis a culturas científicas, mais dotadas de especialistas e profissionais especializados, sociedades com maiores reivindicações de participação e de afirmação identitária, mais heterogéneas.

Aliás, existem várias expressões que dão conta da fúria patrimonial que tomou conta das sociedades de finais do século XX: “alquimia do património”; “paixão patrimonial” (Guillaume, 1980); “reinvenção do património” (Bourdin, 1984); “loucura patrimonial” (Jeudy, 1990); “alegoria do património” (Choay, 1992); “patrimomania” (Martin-Granel, 1999); “abusos do património” (Graham *et al.*, 2000); “maquinaria patrimonial” (Jeudy, 2001); “histeria do património” (Peixoto, 2006), etc.

O que é curioso é que, numa sociedade em crise, se volte a fazer um certo discurso de essencialização, criticando-se os excessos da patrimonialização e apelando-se a intervenções orientadas para a salvação dos patrimónios mais emblemáticos. Por exemplo, a capa do “Expresso” de 3 de Janeiro passado tinha como destaque, cito, “Um terço do património UNESCO em Portugal em risco de derrocada”.

Na resposta à pergunta que indaga de que modo pode o património constituir-se como uma oportunidade para essa sociedade em crise, há que apontar para a necessidade em que as instituições do património e as políticas patrimoniais e culturais se aproximem das novas gerações, integrando os patrimónios das minorias culturais no vasto conceito de património.

Estamos hoje muito longe daquele museu do século XVIII em que era preciso solicitar uma autorização por escrito para o visitar, em que as visitas guiadas demoravam meia hora e os visitantes não podiam parar durante das obras para as admirar.

A ambição actual do património tem de apontar para a inclusão. É esse, inequivocamente, o seu desígnio.

A lógica da “protecção do património” está a sucumbir à necessidade em fazer passar os cidadãos de simples espectadores a autores de uma experiência cultural. A economia dos serviços patrimoniais está a dar lugar a uma economia das experiências patrimoniais e culturais. E a educação para o património, baseada na sensibilização, está a ser substituída pela educação através do património, baseada na utilização do património como recurso.

Isso tem feito o património expandir-se para fora dos seus espaços e domínios mais consagrados, forçando a sua democratização, no sentido em que procura englobar tudo aquilo que tem sentido para a sociedade e para comunidades particulares.

A emergência de novos campos patrimoniais, com particular destaque para o património imaterial, evidencia a tendência para a afirmação de um património plural

que reflecta a pluralidade da sociedade e que permita a criação de uma identidade intercultural.

Em países como Portugal, sujeitos a transformações étnicas e religiosas recentes, o desígnio patrimonial passa pela integração das minorias e das diferenças, pela afirmação das diversidades e, sobretudo, por uma gestão e políticas patrimoniais que encarem essas diversidades não como ameaças mas como oportunidades.

Esse desígnio é fundamental, de modo a evitar a fragmentação de sociedades cada vez mais heterogéneas.